

DELIBERAÇÃO N.º 01/CA/2014**SENTIDO PROVÁVEL DE DECISÃO****Condições de Acesso às Estações Terminais Cabo Submarino Internacional****ENQUADRAMENTO**

Com a entrada em vigor do Decreto Legislativo nº7/2005, de 28 de Novembro, doravante denominado DL nº7/2005, o qual permitiu a abertura do mercado das comunicações electrónicas em Cabo Verde, foram criadas as condições necessárias para a promoção da concorrência, para a diversificação das ofertas de produtos e para a melhoria da qualidade da prestação de serviços, possibilitando desta forma a entrada de novos operadores.

Nos termos do artigo 7.º do DL nº7/2005, sempre que a ANAC, no exercício das competências previstas na referida lei, pretenda adoptar medidas com impacto significativo no mercado relevante, deve publicitar o respectivo projecto, dando aos interessados a possibilidade de se pronunciarem em prazo fixado para o efeito.

O respectivo diploma atribui competências à Agência Nacional das Comunicações (ANAC) para a definição dos mercados relevantes e impor obrigações regulamentares específicas e adequadas para a promoção da concorrência no sector.

No âmbito da política regulatória de acesso às infra-estruturas internacionais, e visando as melhores práticas de regulação, a ANAC procedeu à definição e análise de mercados relevantes, através das Deliberações nº 05/CA/2010 e nº 01/CA/2011, as quais permitiram a identificação das empresas com Poder de Mercado Significativo (PMS) no sector das comunicações electrónicas em Cabo Verde e, verificou a inexistência de uma concorrência efectiva em vários mercados analisados, nomeadamente o mercado de acesso às infra-estruturas internacionais.

Com base na análise de mercado acima mencionada, ficou patente que o operador que explora a rede concessionada do Estado, é o único presente nesse mercado e ocupa, por conseguinte, uma posição dominante pois detém uma infra-estrutura essencial difícil de replicar, a curto prazo, pela concorrência e está em condições de actuar de maneira independente.

Neste sentido, a ANAC entendeu que urge criar condições regulamentares de acesso aos sistemas de cabo submarinos internacionais e respectivas estações terminais de forma adequada, possibilitando assim a outros operadores o acesso às capacidades de alto débito de forma a garantir a sustentabilidades das suas redes, e dos diversos serviços prestados no retalho e consequente redução de preços para os utilizadores finais.

Para a materialização das medidas acima elencadas, a ANAC, consequentemente, lançou a Consulta Pública referente à proposta do Regulamento sobre as Condições de Acesso às Estações Terminais do Cabo Submarino Internacional, submetida aos interessados em 2 de Julho de 2013 por um período de 31 dias de calendário, tendo recebido os comentários dos interessados e publicado o relatório da referida consulta pública no seu site em 23 de Dezembro de 2013.

Assim sendo e considerando:

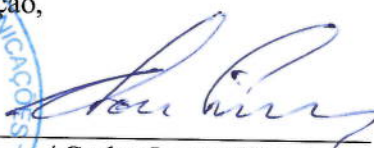
- (i) Os objectivos de regulação previstos no artº. 5º do Decreto- Legislativo n.º 7/2005, de 28 de Novembro;
- (ii) O procedimento geral de consulta pública da ANAC previsto, respectivamente no artº. 7º do Decreto-Legislativo n.º7/2005 de 28 de Novembro e na Deliberação n.º. 01/2006, de 27 de Novembro;
- (iii) A Deliberação da ANAC nº 05/CA/2010, de 23 de Dezembro, publicada na II Série do Boletim Oficial nº 2, de 12 de Janeiro de 2011, que define mercados relevantes de produtos e serviços de comunicações electrónicas;
- (iv) A Deliberação da ANAC nº 01/CA/2011, de 2 de Fevereiro, publicada na II Série do Boletim Oficial nº 13, de 30 de Março de 2011, que define mercados relevantes de produtos e serviços de comunicações electrónicas;
- (v) A Deliberação nº4/CA/2012 de 14 de Junho que notifica a CVTelecom, no âmbito da imposição de obrigações específicas que passaria a estar sujeita como OPMS;
- (vi) A consulta pública do documento referente à proposta do Regulamento sobre as Condições de Acesso às Estações Terminais do Cabo Submarino Internacional;
- (vii) A reacção dos interessados à consulta pública;
- (viii) O relatório da Consulta Pública, publicado no site da ANAC;

O Conselho de Administração da ANAC na sua reunião extraordinária de 16 de Janeiro de 2014 e ao abrigo do disposto nos artigos 63º, 64º, 65º, 67º, 68º, 69º e 71º, todos do Decreto Legislativo nº 7/2005 e ao abrigo dos seus Estatutos, aprovado pelo Decreto-lei nº 31/2006 de 19 de Junho, tendo em conta os objetivos da promoção da concorrência na oferta de serviços de comunicações electrónicas e a defesa dos interesses dos cidadãos, delibera o seguinte:

1. Aprovar o Regulamento das Condições de Acesso às Estações Terminais Cabo Submarino Internacional (anexo à presente Deliberação);
2. Os Operadores deverão num prazo de 15 dias úteis, a contar da data da publicação da presente Deliberação, apresentar os comentários ao projecto de decisão.

Praia, 28 de Janeiro de 2014

O Conselho de Administração,


/ David Gomes /
Presidente
/ Carlos Lopes Silva /
Administrador

ANEXO

Regulamento que estabelece as condições de acesso as Estações Terminais cabo submarino internacional

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

OBJECTO

O presente Regulamento tem por objecto a especificação das condições de acesso às estações terminais de cabos submarinos internacionais, num ambiente de mercado aberto, concorrencial e não discriminatório.

Artigo 2.º

FINALIDADES

1. O presente Regulamento tem como finalidades:
 - a) Estabelecer condições de acesso às estações Terminais de sistemas de cabo submarino submarinos internacional.
 - b) Promover o acesso aberto à estação de cabos submarinos internacionais por parte dos operadores;
 - c) Reforçar um regime de interligação das redes dos prestadores de serviços de comunicações electrónicas de forma transparente, assegurando igualdade no acesso aos serviços e em conformidade com as normas técnicas prescritas e internacionalmente aceites;
 - d) Garantir a interoperabilidade extremo-a-extremo dos serviços para todos os utilizadores, independentemente da rede a que estejam ligados;

Artigo 3.º

APLICAÇÃO

2. O presente Regulamento aplica-se em todo o território nacional às entidades que gerem e controlam as estações terminais de sistemas de cabos submarinos internacionais.

Artigo 4.º
DEFINIÇÕES

Sem prejuízo das definições constantes no Decreto Legislativo 7/2005 de 28 de Novembro e na Oferta de Referência de Interligação (ORI), para os efeitos do disposto no presente Regulamento, entende-se por:

- a) **"Backhaul"**, Circuito físico de ligação permanente e transparente de acesso a sistemas de cabos submarinos internacionais que amarre numa das estações de cabos submarinos (ECS) internacionais, permitindo aos operadores autorizados e às entidades beneficiadas, aceder a capacidade desses sistemas a partir de um seu ponto de presença (POP), localizado em território nacional;
- b) **Cabo submarino**: Componente submersa e terrestre do sistema de cabos submarinos incluindo o conjunto de pares de fibra óptica e respectivos equipamentos de alimentação dos repetidores, até a entrada a Estação Terminal;
- c) **Capacidade de referência**: significa a capacidade internacional a partir de um ponto terminal fora do território nacional, adquirida pelo operador autorizado ou entidade beneficiada,
 - i. Nas ECS em Cabo Verde; e
 - ii. Adquirida quer numa base de propriedade ou de aluguer; e
 - iii. Activado pelo proprietário do sistema de cabo submarino ou um membro do consórcio;
- d) **Co- instalação**: benefício oferecido por um operador de uma estação terminal do cabo submarino, (incluindo acesso a edifícios e todos os equipamentos de transmissão, energia, placas de interface, climatização, sistema testes e de gestão), permitindo a operacionalização dos serviços aos operadores autorizados ou entidades beneficiadas;

Co Instalação virtual: condições que permitem aos operadores ou entidades beneficiadas interligarem seus equipamentos instalado num local próximo, possibilidade das operadores ou entidades beneficiadas instalarem seus equipamentos fora das instalações do operador de estação terminal, sempre que tecnicamente não for possível ou devido a limitações de espaço.
- e) **Direito Irrevogável de Uso**: (*IRU-Indefeasible Right of Use*) significa o direito de utilizar a capacidade de referência:
 - i. através do aluguer de longo prazo pelo período em que o cabo submarino se mantiver efectivamente em uso;
 - ii. Adquirido através de um acordo entre o dono da capacidade e o operador autorizado e ou entidade beneficiada;
- f) **ECS** - Estação de Cabos Submarinos que significa o local:
 - i. Onde é possível ligar o circuito de backhaul à capacidade presente no cabo submarino internacional;

- ii. Onde os cabos submarinos estão disponíveis em terra, para acesso à capacidade internacional e que contém a terminação do cabo e os equipamentos necessários para ligar o circuito de backbone;
- g) **Entidades beneficiadas:** qualquer entidade, que por necessidade de ligação internacional deseje ter acesso à estação terminal para outro uso que não seja para prestação de serviço de comunicações eletrônicas acessíveis ao público;
- h) **Equipamento Terminal:** Qualquer equipamento ou componente que torne possível a comunicação ou seja concebido para ser ligado, direta ou indiretamente a interfaces de redes públicas de comunicações eletrônicas;
- i) **Operador de estação de Cabos Submarinos:** operador que gere a estação de cabos submarinos, sendo normalmente parte do consórcio internacional ou proprietários do sistema de cabos submarinos ao qual se aplicam algumas obrigações;
- j) **Operadores autorizados:** operadores autorizados a operar no território nacional para prestação de serviços de comunicações eletrônicas acessíveis ao público;
- k) **POP- Point of Presence :** (ponto de presença) ou nó da rede dos operadores ou entidades beneficiadas; ver
- l) **Sistema de cabo submarino internacional, (SCS):** Todos os componentes de um cabo submarino internacional, respectivos equipamentos de alimentação dos repetidores, equipamentos de transmissão, câmaras de praia e as estações terminais, pertencentes a um consórcio internacional e que interliga com um ou mais países.

Artigo 5.º

GARANTIA DE ACESSO À ECS

1. O acesso à ECS é garantido a todos os operadores autorizados, em condições de transparência, igualdade e não discriminação.
2. O acesso referido no número anterior deve ser feito através da disponibilização, por parte do operador da ECS internacional, de ofertas de referência, nos termos constantes no presente Regulamento.
3. As ofertas de referência devem ser enviadas à ARN para efeito de homologação.

Artigo 6.º

GARANTIA DE ACESSO À CAPACIDADE INTERNACIONAL

1. Os operadores autorizados têm acesso à capacidade de referência internacional presente no sistema de cabo submarino que pode se efectivar através da aquisição de um *direito irrevogável de uso*.
2. A aquisição a que se refere o número anterior deve ser feita junto dos membros do consórcio ou a um operador terceiro detentor do *direito irrevogável de uso*.
3. A aquisição é concretizada através da assinatura de um contrato entre as partes, no qual devem constar as condições técnicas e financeiras.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DO OPERADOR DA ESTAÇÃO TERMINAL

Artigo 7.º

OBRIGAÇÕES DO OPERADOR DA ESTAÇÃO TERMINAL

1. Sem prejuízo das regras contantes nas Ofertas de Referência da Interligação, o operador da estação terminal tem as seguintes obrigações:
 - a) Proporcionar o acesso à ECS com base nos princípios de transparência e não discriminação a todos os operadores licenciados ou autorizados.
 - b) Assegurar a transparência dos contratos que definem as condições de acesso às estações terminais de cabo submarino internacional inclusive a qualidade de serviços
 - c) Permitir a co-instalação para outros operadores;
 - d) Fornecer o "*backhaul*", com garantia de qualidade de serviço e tempo de reposição da capacidade, em caso de corte do cabo e reparação das interrupções inerentes à comunicação e transmissão de dados;
 - e) Assegurar a gestão e manutenção da Estação Terminal;
 - f) Propor aos operadores autorizados e entidades beneficiárias, caso assim entenderem, um plano de *backup* em caso de falha de cabo submarino e informar à ARN sobre a existência do plano de emergência.

Artigo 8.º

OBRIGAÇÃO DE PARTILHA DAS INFRA-ESTRUTURAS

1. No exercício da sua actividade, o operador de estação terminal de cabo submarino internacional deve, em particular:
 - a) Permitir aos operadores autorizados e as entidades beneficiadas a instalação do seu próprio equipamento de interligação, e de co-instalação física ou virtual;
 - b) Proceder à interligação com os equipamentos de qualquer operador autorizado ou entidade beneficiária, em qualquer ponto da estação terminal onde a interligação é tecnicamente viável, a fim de permitir que estes adquiram capacidade internacional de qualquer membro do consórcio ou proprietário que detém IRU nos cabos submarinos que se amarram à estação;
 - c) Permitir que os operadores estabeleçam a interligação entre a estação terminal do cabo submarino e o POP do operador em tempo útil, a preços razoáveis e transparentes, não discriminatórias de acordo com o presente regulamento.
 - d) Possibilitar o acesso à estação terminal, aos operadores que detenham seu próprio *'backhaul'*.
2. A partilha de infra-estrutura está sujeita a um acordo entre as partes, que define, as condições, técnicas e financeiras, de acordo com as disposições previstas na lei e nos regulamentos em vigor.
3. O acordo referido no número anterior está sujeito à aprovação prévia da ARN podendo solicitar a qualquer momento alterações que entenda como conveniente, caso considere que as condições violam as disposições legais.

Artigo 9.º

SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS

As condições de acesso à estação terminal devem ser apresentadas pelo operador de estação terminal, por meio de uma oferta de referência, estando obrigado a oferecer aos operadores autorizados e entidades beneficiadas no mínimo os seguintes serviços:

- a) *Backhaul*;
- b) Co-instalação física ou virtual;
- c) Acesso à capacidade de referência internacional.

Artigo 10.º

SERVIÇOS DE CO-INSTALAÇÃO E DE “BACKHAUL”

1. O operador da estação terminal deve fornecer ao operador autorizado e as entidades beneficiadas, os serviços de co-instalação ou de “backhaul”,
2. Quando um operador da estação terminal de cabo submarino, por falta de espaço ou por qualquer outro motivo legítimo, devidamente justificado, não puder fornecer co-instalação física, deve apresentar uma das seguintes medidas alternativas:
 - a) Proposta de co-instalação virtual;
 - b) Proposta de espaço adjacente;
 - c) Optimização do uso do espaço existente de forma a proporcionar um espaço adicional para equipamentos.
3. No caso dos operadores autorizados e as entidades beneficiadas, optarem por adquirir capacidades a um detentor de IRU que não seja o operador da estação terminal, podem se assim entenderem, optar pela construção do seu próprio backhaul.
- 4- No caso previsto no número anterior, o operador da estação terminal deve garantir as opções previstas no número 2 do presente artigo.

Artigo 11.º

OBRIGAÇÕES DE TRANSPARÊNCIA

1. A oferta de referência de acesso a estação terminal por questão de transparência, deve conter, os seguintes elementos:
 - a) Condições gerais conforme disposto na alínea a) do n.º1 do artº. 14º;
 - b) Condições técnicas conforme disposto na alínea b) do n.º1 do artº. 14º;
 - c) Tarifário dos serviços de acesso e de interligação;
 - d) Co-instalação física e virtual;
 - e) Acesso ao *Backhaul*;

- f) No caso em que o operador da ECS já disponha de uma oferta de circuitos alugados onde inclua a oferta de backhaul, o acesso referido na alínea anterior não precisa constar da Oferta de acesso às ECS;
- g) Os termos e detalhes sobre os serviços de acesso e interligação, e os procedimentos de operação, gestão e manutenção de equipamentos;
- h) Os procedimentos de encomenda;
- i) As informações técnicas relacionadas à instalação e infraestrutura do operador da estação terminal de cabo submarino internacional, necessárias para que o operador autorizado possa prestar serviços;
- j) A garantia do nível de qualidade de serviço;
- k) Os preços da prestação dos serviços e as condições de pagamento;
- l) Tempo de resposta para cada solicitação;
- m) Duração mínima da oferta de acesso e co-instalação.

CAPÍTULO III

PREÇOS E ELEMENTOS MÍNIMOS

Artigo 12.º

COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

1. Os preços de acesso, interligação, co-instalação, *backhull*, exploração e manutenção devem preferencialmente respeitar o princípio de orientação de preços para os custos.
2. No que se refere à fixação do preço de co-instalação, deve-se incluir, caso se aplique, o custo dos trabalhos realizados pela operadora da estação terminal para:
 - a) Fornecer novo espaço e equipamento adicional;
 - b) Optimizar o uso das instalações existentes;
 - c) Encontrar espaço para instalações adjacentes;
 - d) Estabelecer uma ligação entre a co-instalação virtual e a estação terminal do cabo, na situação referida na alínea anterior.

3. Os custos a que se refere o número anterior devem ser transparentes, devidamente discriminados e justificados.

Artigo 13.º

HOMOLOGAÇÃO DOS PREÇOS

1. A ARN, com base no método de cálculo dos custos, homologa os preços constantes das ofertas de referência.
2. Para efeito do número anterior, o operador da estação terminal deve fornecer à ARN todas as informações necessárias tais como, facturas dos trabalhos realizados, o acordo de construção e manutenção estabelecido com o consórcio de cabos submarinos, bem como quaisquer outros documentos relevantes que ajudem a comprovar os custos do serviço.
3. Caso o operador da estação terminal não forneça as informações solicitadas e constantes no número anterior, no tempo solicitado, a ARN pode calcular os custos com base na informação disponível, ficando tacitamente homologado.
4. A forma de cálculo dos custos referidos no número anterior deverá respeitar os mesmos princípios que a ARN tem seguido na regulação de preços e tarifas;
5. A ARN, face à inexistência ou insuficiência das informações solicitadas ou desde que considere que os preços apresentados pelo operador da estação terminal sejam injustificadamente onerosos, reserva-se o direito de, mediante fundamentação, analisá-los na base de referência regional ou internacional, para assegurar que os preços praticados não desencorajem a adesão aos serviços;
6. Os países de referência a que se refere o número anterior são identificados conjugando os seguintes parâmetros:
 - a) Dimensão próxima de Cabo Verde;
 - b) PIB *per capita* semelhante a Cabo Verde;
 - c) Quadro regulamentar similar.

Artigo 14.º

ELEMENTOS MÍNIMOS DAS OFERTAS DE REFERENCIAS

- 1- A Oferta de Acesso às ECS deverá conter no mínimo seguintes condições:
 - a) Gerais:
 - i. Descrição geral dos serviços a serem oferecidos;
 - ii. Duração do contrato;
 - iii. Deveres e responsabilidades das partes;
 - iv. Tempos de realização de tarefas;
 - v. Procedimentos operacionais;
 - vi. Apresentação de motivos genéricos para a rescisão;

- vii. Medidas de segurança a serem aplicadas;
- viii. Mecanismos de resolução de conflitos.

b) Técnicas:

- i. Splitters e comutadores de cruzamento (DXC) opticos ou digitais (ODF / DDF) FDF disponíveis;
- ii. Diagramas e pontos de interligação;
- iii. Capacidades oferecidas;
- iv. Serviços de suporte oferecidos, incluindo a co-localização dos equipamentos Interfaces;
- v. Procedimento para Testes, Activação, Desactivação, Modificações e alterações;
- vi. Índices de disponibilidade de serviços;
- vii. Condições de manutenção.

2- A Oferta de Acesso às Estações Terminais de Cabos Submarinos deverá conter no mínimo as seguintes informações sobre as condições financeiras:

a) Preços relativos:

- (i) Ao Teste,
- (ii) À Operação,
- (iii) À Manutenção,
- (iv) À Activação,
- (v) Desactivação e
- (vi) Religação

b) Data de pagamento;

c) Outras condições aplicáveis.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 15.º

PERÍODO MÍNIMO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE CO-INSTALAÇÃO

1. O operador da estação terminal deve garantir aos operadores e entidades beneficiadas um período mínimo de vigência do contrato de co-instalação, a fim de assegurar um equilíbrio entre a necessidade de incentivar a concorrência e a necessidade de garantir um retorno sobre o investimento.
2. O período a que se refere o número anterior não deve ser inferior a 1(um) ano.

Artigo 15.º
CASOS OMISSOS

Em tudo quanto não estiver regulado no presente regulamento, aplica-se, subsidiariamente, o disposto na legislação cabo-verdiana sobre o sector das comunicações eletrónicas.

SIGLAS E ACRÓNIMOS

- ARN: Agência Nacional das Comunicações;
- DDF: *Digital Distribution Frame*;
- DXC: Cruzador digital (*digital crossconnect*) opticos ou digitais;
- ECS: Estação de Cabos Submarinos
- FDF: *Fiber Digital Frame*
- IRU-*Indefeasible Right of Use*
- ODF: *Optical Digital Frame*
- ORCA: Oferta de Referencia de Circuitos Alugados
- ORI: Oferta de Referencia da Interligação